

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.463 - MG (2019/0313798-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : J A DA S C
ADVOGADOS : GERALDO FERREIRA DA CUNHA - MG096659
RAFAEL RICHARD MELO PAIVA - MG136873
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por J A DA S C contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.122853-5/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 12/9/2019 pela suposta prática de delito tipificado no art. 24-A da Lei n. 11.340/06 (descumprimento de medidas protetivas de urgência no âmbito da lei de violência doméstica e familiar contra a mulher).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - LEI MARIA DA PENHA - DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - CRIMES DE LESÃO CORPORAL E AMEAÇA - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DOS ARTIGOS 312 E SEQUINTE DO CPP - NECESSIDADE DE PROTEÇÃO À MULHER - PERICULOSIDADE EVIDENCIADA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DESPROPORCIONALIDADE DA SEGREGAÇÃO NÃO EVIDENCIADA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - DENEGADA A ORDEM.

- *Demonstrada a existência de indícios de autoria e da materialidade delitiva, a prisão preventiva deve ser decretada, nos termos do art. 312 do CPP, se houver necessidade cautelar, evidenciada por meio de dados objetivos do processo.*

- *Em caso de descumprimento de medidas protetivas anteriormente fixadas, é patente a necessidade de adoção da prisão preventiva para assegurar a sua execução, nos termos do inciso III, do art. 313 do CPP.*

- *O descumprimento de medidas protetivas atesta a periculosidade do agente, sendo necessária, portanto, a manutenção de*

sua prisão processual para a garantia da ordem pública.

- Os fundamentos da prisão preventiva são diversos e independentes daqueles que sustentam a prisão definitiva, de modo que se não for possível se constatar, de forma patente, a probabilidade concreta, em caso de eventual condenação, de imposição de regime mais brando, de substituição da pena privativa de liberdade ou de oferecimento de suspensão condicional da pena, não há que se falar na desproporcionalidade da segregação cautelar (fl. 293).

No presente recurso, afirma que o recorrente apenas passou de carro em frente ao trabalho de sua ex-namorada para buscar documentos na casa de uma amigo, ocasião em que a viu e lhe sorriu, não tendo se aproximado fisicamente da suposta vítima ou tentado agredi-la.

Aduz nulidade à prisão em flagrante, posto que o recorrente não foi conduzido a audiência de custódia.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Indica a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas. Argumenta que a sanção máxima prevista para o tipo penal é de 3 meses de detenção, de maneira que, até que se encerre a instrução criminal, o recorrente já terá cumprido toda a pena. Desse modo, pondera que a manutenção da prisão cautelar seria desproporcionalmente severa.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida às fls. 357/359.

Informações prestadas às fls. 366, 369/370, 452/453.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 538/542).

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 07/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 0018636-10.2019.8.13.0002, foi proferida sentença condenatória, ocasião em que foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator